

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

# Câmara de Vereadores de Itajaí



### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 276/2025

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO, LICENCIAMENTO, PARÂMETROS ESTRUTURAIS, LIMITES DE LUMINOSIDADE E TRANSIÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS FIXOS, INCLUSIVE DIGITAIS, NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### Seção I Definições Gerais

Art. 1º Para fins desta Lei, consideram-se:

- I Painel publicitário fixo (outdoor ou painel de mídia externa): estrutura destinada à veiculação de publicidade com face voltada ao espaço urbano, podendo ser estática ou digital;
- II Empresa de mídia externa: pessoa jurídica regularmente estabelecida no Município, cuja atividade principal seja publicidade exterior ou mídia externa;
- III Via pública, logradouro, área urbana e área rural: conforme definições constantes no Plano Diretor e legislação municipal correlata.

#### Seção II Licenciamento e Apresentação de Projeto

Art. 2º Toda instalação de painel publicitário no Município exige licença específica da Prefeitura para cada ponto, mediante:

- a) planta de localização e memorial descritivo;
- b) cálculo e especificação estrutural;

# † †

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

# Câmara de Vereadores de Itajaí



- c) indicação do tipo de iluminação e sistema de controle luminoso, quando houver;
- d) comprovação de regularidade da empresa requerente;
- e) laudo de compatibilidade visual e luminosa com o entorno.

Parágrafo único. A ausência de licença sujeita o responsável à multa, cassação da autorização e remoção compulsória do painel.

# Seção III Dimensões, Estrutura e Implantação

Art. 3º Os painéis classificados como outdoor deverão atender aos seguintes requisitos:

- I estrutura metálica dimensionada conforme normas técnicas;
- II sustentação por coluna central ou coluna deslocada, dimensionada para carga de vento e esforços estruturais;
- III vedação de quadros superpostos ou sobreposição vertical;
- IV limite de duas faces por painel, paralelas ou anguladas.

Art. 4º O distanciamento mínimo entre painéis será definido em regulamento pelo Poder Executivo, considerando classificação viária, intensidade de tráfego e paisagem urbana.

#### Seção IV Publicidade em Empenas de Edifícios

Art. 5º A instalação de publicidade em empenas de edifícios somente será permitida em fachadas laterais cegas, sem abertura, observando:

- I área de exposição limitada a até 50% da área da empena quando esta possuir até 250 m², e até 30% quando superior a esta metragem;
- II projeção integralmente contida dentro dos limites da própria fachada;
- III iluminação, quando existente, frontal e direcionada exclusivamente ao anúncio;
- IV vedada mais de uma empena publicitária por edificação.

#### Seção V Proibição de Estruturas em Topos

Art. 6º Fica proibida a instalação de estruturas publicitárias em topos, coberturas, lajes ou marquises de edifícios, independentemente da tecnologia utilizada.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

# Câmara de Vereadores de Itajaí



#### Seção VI Painéis Digitais em LED

- Art. 7º Os painéis digitais deverão contar com sistema de controle automático de luminosidade, ajustável conforme a iluminação do entorno, sendo os limites máximos definidos em regulamento.
- Art. 8º A alteração de conteúdo deverá ocorrer de forma gradual, vedadas transições que provoquem distração excessiva ao tráfego.

#### Seção VII Tratamento Diferenciado para Áreas Rurais

Art. 9º Nas áreas rurais, observadas as normas ambientais, de segurança viária e de interesse paisagístico, mantêm-se as condições de instalação previstas nesta Lei, sem exigência de padronização diferenciada adicional.

#### Seção VIII Transição e Conversão

- Art. 10. O Poder Executivo concederá o prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei, para adequação das estruturas e painéis publicitários existentes, exigindo-se neste período:
- I cadastramento obrigatório de todos os painéis existentes;
- II vistoria técnica municipal para verificação de adequação.
- Art. 11. Para novas instalações ou substituição de estruturas existentes, somente será permitida a implantação de estruturas metálicas, tanto para painéis tipo outdoor quanto para painéis digitais em LED.

#### Seção IX Disposições Finais

- Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, definindo parâmetros de luminosidade, distanciamento, zonas urbanas e procedimentos administrativos.
- Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## Câmara de Vereadores de Itajaí



#### **JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo disciplinar a instalação, o funcionamento e o licenciamento de painéis publicitários fixos no Município de Itajaí, contemplando tanto as estruturas tradicionais quanto os painéis digitais de tecnologia LED, conforme diretrizes constantes no projeto de lei apresentado.

A paisagem urbana é elemento essencial de identidade, bem-estar visual e organização do espaço público. A ausência de normatização específica para outdoors e painéis de mídia externa vem gerando assimetrias no uso do território, com instalações irregulares, estruturas sem parâmetros técnicos homogêneos e situações de potencial risco ao tráfego, à segurança e à harmonia urbanística.

A proposta avança no sentido de atualizar e complementar o ordenamento municipal, especialmente no que diz respeito ao Capítulo IX da Lei Municipal nº 2.374/1992, passando a exigir licenciamento individualizado, memorial descritivo, laudo estrutural, controle de luminosidade quando houver iluminação ou tecnologia digital, além de parâmetros proporcionais de implantação e distanciamento.

Ao mesmo tempo, estabelece-se um regime de transição razoável, conferindo prazo para adequação gradativa das estruturas atualmente instaladas, de modo a evitar impactos abruptos na atividade econômica do setor, garantir previsibilidade aos empreendedores e permitir ao Poder Público executar o processo fiscalizatório e cadastral de forma eficiente.

A proposta também contempla a proteção do ordenamento visual, vedando estruturas em topos de edifícios e disciplinando o uso de empenas cegas, prevenindo a poluição visual e assegurando que a comunicação urbana não se sobreponha ao ambiente construído, ao patrimônio arquitetônico ou ao bem-estar da coletividade. Nas áreas rurais, a lei preserva a possibilidade de instalação de painéis, observadas as normas ambientais e paisagísticas, sem restringir atividades econômicas típicas destas regiões, porém mantendo a exigência de segurança, proporcionalidade estrutural e cadastramento.

Dessa forma, o Projeto de Lei alia desenvolvimento econômico, segurança, ordenação urbanística e modernização tecnológica, harmonizando a livre iniciativa com o interesse público. Trata-se de medida necessária para a qualificação da paisagem urbana de Itajaí, promoção da segurança viária, organização visual da cidade e fortalecimento de um ambiente urbano equilibrado, justo e funcional.

SALA DAS SESSÕES, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2025

FERNANDO MARTINS PEGORINI VEREADOR - PL